

## FORMAS DE CITAÇÃO NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E EM TEXTOS JORNALÍSTICOS

**Duane VALENTIM**

Universidade Federal de São Carlos – Ufscar

e-mail: superduane@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho aborda os mecanismos de instauração discursiva - as formas de citação discursiva - tais como, os discursos direto, indireto e indireto livre no ensino de produção e interpretação de texto. Pauta-se, para tanto, nos postulados da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, referencial teórico que tem Antoine Culioli como fundador. As formas de citação discursiva, se observadas em textos jornalísticos e em textos literários, comportam-se de maneira diferente daquele preconizado pelas gramáticas e materiais didáticos e, então, vislumbrado nas produções de textos escolares. Enquanto nesses últimos focalizam-se as regras de pontuação ou as regras de transposição de um discurso ao outro, nos demais contextos - entre os quais selecionamos o meio jornalístico e o meio literário - é possível observar quebras de regras pela imbricação dessas formas de citação visando a variados efeitos de sentido. Julgando que essa imbricação possa tratar-se de uma estratégia linguística que põe em relação à subjetividade / objetividade ou aproximação / distanciamento entre os interlocutores, consideramos pertinente repensar o modo como os discursos diretos, indireto e indireto livre são abordados no ensino de línguas.

**Palavras-chave:** enunciação; ensino de língua portuguesa; formas de citação; textos jornalísticos

### 1. Introdução

O presente estudo refere-se a uma reflexão ainda inicial em relação às formas de citação - discurso direto, indireto e indireto livre, em que se procura contrastar o modo como aparecem no ensino de língua materna e modo como são utilizadas pelos textos jornalísticos. Embora os dados analisados sejam ainda iniciais, podemos considerá-los suficientes para sustentar nossa reflexão.

### 2. Formas de citação e o ensino

As gramáticas diferem em três os mecanismos utilizados para citar outro enunciado: o discurso direto, o discurso indireto e o discurso indireto livre. Cada um desses discursos apresenta traços específicos dependendo da relação que se estabelece entre o discurso citante e o discurso citado.

De uma maneira geral, as gramáticas descrevem o discurso direto como sendo um discurso em que o falante se apropria de algo enunciado anteriormente para reconstruir uma situação de enunciação, mantendo, aparentemente idêntica, a forma como a oração foi enunciada ou escrita. A este discurso, destaca-se uma pontuação característica – os dois pontos e o travessão. O discurso indireto é descrito como uma forma de citar em que as palavras narradas sofrem algumas mudanças, pois quem faz a citação acomoda o enunciado a sua situação comunicativa. Essas acomodações seriam transposições do discurso direto ao discurso indireto, em que se modificam os tempos verbais, os pronomes, advérbios, entre outros. Segundo Garcia (2006):

O discurso direto permite melhor caracterização das personagens, com reproduzi-lhes, de maneira mais viva, os matizes da língua afetiva, as peculiaridades de expressão (gíria, modismos fraseológicos, etc.). No discurso indireto, o narrador incorpora na sua linguagem a fala das personagens, transmitindo-nos apenas a essência do pensamento a elas atribuído. (GARCIA, 2006, p. 149).

A terceira forma de citação retratada pelas gramáticas é o discurso indireto livre. Neste, temos a reprodução de um discurso com os conteúdos da consciência de um personagem. Percebe-se então o forte papel do narrador em relação ao discurso indireto livre, pois é ele quem traduz sentimentos que os personagens podem ter apenas consciência. Mesmo sendo a partir de um *aqui - agora* dessa consciência, tudo é transmitido pela voz do narrador no tempo passado, o que expressa o ponto de vista duplo do narrador. (REYES, 1995).

Um exemplo de discurso indireto livre que é muito recorrente, tanto pelas gramáticas quanto pelos livros didáticos, é a obra de Graciliano Ramos - *Vidas Secas*, como no trecho:

Sinhá Vitória desejava possuir uma cama igual à de seu Tomás da bolandeira. Doidice. Não dizia nada para não contrariá-la, mas sabia que era doidice. Cambembes podiam ter luxo? E estavam ali de passagem. Qualquer dia o patrão os botaria fora, e eles ganhariam o mundo, sem rumo, nem teriam meio de conduzir os cacarecos.

(Graciliano Ramos, *Vidas Secas*)

Aqui, vemos o narrador atravessando o pensamento do personagem e trazendo em sua narrativa, sob seu olhar, a consciência do outro. De maneira mais explícita, em *Cambembes podiam ter luxo?*, temos a fala da personagem entrelaçada a fala do narrador. É o narrador quem pergunta *Cambembes podiam ter luxo?*, mas o leitor tem a sensação de que quem fala é a personagem pelo fato de seu pensamento aparecer colado a fala do narrador.

Além de descrever as três formas de citação, as gramáticas, bem como os materiais didáticos, também trazem regras de transposição do discurso direto ao indireto. A transposição de um discurso ao outro é feita a partir das acomodações do sistema dêitico ao que se refere a pessoa, ao espaço e ao tempo. As dêixis são as expressões que se referem ao falante, ao seu interlocutor e ao tempo e espaço em que se produz a enunciação, tendo como ponto de referência

o momento do *eu, aqui, agora*. São dêiticos os pronomes pessoais, os demonstrativos, os tempos verbais e advérbios. Segundo Benveniste (1995), a linguagem se atualiza:

Criando um conjunto de signos “vazios”, não-referenciais em relação à realidade, sempre disponíveis, e que se tornam “cheios” desde que um locutor os assume em cada instância de seu discurso. Desprovidos de referência material, não podem ser mal empregados; não fazendo nenhuma asserção, não são submetidos à condição de verdade e escapam a toda denegação. (BENVENISTE, 1995, p. 254).

As expressões dêiticas podem estar relacionadas ao tempo, ao espaço ou a pessoa e adquirem significado em cada ato de fala, assim, só valem naquele ato de fala e não podem ser traspostas a outro ato de fala de maneira intacta. Cabe ao interlocutor fazer as decodificações linguísticas e as interferências necessárias para recuperar o significado dessas expressões.

Garcia (2006), a respeito das acomodações que devem ser feitas na transposição do discurso direto ao indireto e, focando os pronomes demonstrativos, diz que estes correspondem:

A primeira pessoa, quer dizer, aqueles que apontam o objeto que está perto de quem fala ou, acompanhados de um substantivo de sentido temporal (ano, mês, dia), indicam o momento em que se fala ou se age (este, esta, isto; este ano, esta hora), são, no discurso indireto, substituídos pelos da terceira (aquele, aquela, aquilo, aquele ano, aquela hora) se o verbo *dicendi* está no pretérito perfeito. (GARCIA, 2006, p. 157).

O autor considera então, que os pronomes relativos que se referem a primeira pessoa e ao momento em que se fala (eu-aqui-agora), devem ser passados para terceira pessoa no discurso indireto se o verbo *dicendi* for apresentado no pretérito perfeito. Caso o verbo *dicendi* – verbo de elocução – estiver no presente, os pronomes demonstrativos continuam os mesmos. Como exemplo, traz a seguinte oração<sup>1</sup>:

-Estou com preguiça **este ano**, **diz** ele.            Ele **diz** que está com preguiça **este ano**.

Percebe-se então, uma preocupação em relação ao tempo verbal dos verbos de elocução, pois é a partir deles que as modificações entre os discursos devem, ou não, ocorrer, como o exposto no exemplo acima.

---

<sup>1</sup> GARCIA, 2006, p. 157, grifos nossos.

A respeito dos advérbios “aqui” e “agora”, que se referem ao espaço e ao tempo respectivamente, o autor explica que na transposição devem sofrer “as necessárias acomodações, passando, respectivamente, a “lá” e “naquele momento.”” (GARCIA, 2006, p. 157). Como exemplo, temos<sup>2</sup>:

-Estou *aqui*, em casa, mas *agora* não posso recebê-lo, disse.

Disse que estava *lá*, em casa, mas que *naquele momento* não podia recebê-lo.

Neste exemplo, o verbo dicendi aparece no passado, sendo este um caso, segundo o autor, de alteração dos demonstrativos por seus supostos equivalentes ao utilizarmos o discurso indireto tendo como ponto de partida o discurso direto. Considerar essa passagem como necessária, desconsidera os diferentes efeitos de sentido que poderiam ser gerados com a escolha entre o discurso direto e indireto, ou ainda, com o jogo que se estabelece entre as situações enunciativas tendo os dêiticos como sustentação.

Algumas gramáticas, como a de Celso Ferreira da Cunha (1982), apresentam as regras de transposição em tabelas, onde se indicam o tempo verbal do discurso direto e seu referente no discurso indireto, bem como as modificações dos advérbios e pronomes:

#### Discurso direto

a) enunciado em 1° ou 2° pessoa:

“—Deveria bastar, disse ela; **eu** não **me atrevo** a pedir mais.”

(M. de Assis, OC, I, 781)

#### Discurso indireto

a) enunciado em 3° pessoa:

“Ela disse que devia bastar, que **ela** não **se atreveria** a pedir mais.”

---

<sup>2</sup> (GARCIA, *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever aprendendo a pensar*, 2006, p. 157).

**b)** verbo enunciado no presente:

“—O major **é** um filósofo, disse ele com malícia.”

(L. Barreto, TFPQ, 129)

**c)** verbo enunciado no pretérito perfeito:

“—Caubi **voltou**, disse o guerreiro Tabajara.”

(J. de Alencar, OC, III, 252)

**d)** verbo enunciado no futuro do presente:

“**Virão buscar** V. muito cedo? – perguntei.”

(A. F. Schmidt, F, 32)

**e)** verbo no modo imperativo:

“—**Segue** a dança!, gritaram em volta.”

(A. Azevedo, C, 178)

**f)** enunciado justaposto:

“**O dia vai ficar triste**, disse Caubi.”

(J. Alencar, OC, III, 253)

**g)** enunciado em forma interrogativa direta:

“Pergunto: --**É verdade que a Aldinha do Juca está uma moça encantadora?**”

(G. Rosa, S, 219)

**b)** verbo enunciado no imperfeito:

“Disse ele com malícia que o major **era** um filósofo.”

**c)** verbo enunciado no pretérito mais-que-perfeito:

“O guerreiro Tabajara disse que Caubi **tinha voltado**.”

**d)** verbo enunciado no futuro do pretérito:

“Perguntei se **viriam buscar** V. muito cedo.”

**e)** verbo no modo subjuntivo:

“Gritaram em volta que **seguisse** a dança.”

**f)** enunciado subordinado, geralmente introduzido pela integrante que:

“Disse Caubi **que o dia ia ficar** triste.”

**g)** enunciado em forma interrogativa indireta:

“Pergunto **se é verdade que a Aldinha do Juca está uma moça encantadora**.”

Podemos entender com essa tabela que, cada enunciado do discurso direto possui um referente para o discurso indireto, revelando um olhar estrutural sobre a língua e limitando qualquer outra possibilidade de sentidos que a passagem entre estes discursos pode gerar. Essa sistematização é justificada por Garcia (2006):

Salvo os casos sujeitos a variações decorrentes de torneios estilísticos da frase, a correspondência entre os tempos e modos verbais nos discursos direto e indireto apresenta regularidade suficiente para permitir uma tentativa de sistematização com propósitos didáticos. (GARCIA, 2006, p. 115)

Apresenta-se, então, uma correspondência entre os modos verbais de um discurso e outro e a quebra entre essa correspondência só estaria relacionada com o uso estilístico das formas de citação, o que restringe a possibilidade de se articular com o discurso direto e indireto de maneira diferenciada e/ou criativa em qualquer ambiente. Sendo assim, as variações que podem ocorrer nessa passagem entre os discursos que não se relacionarem aos *torneios estilísticos*, permeariam o tido como ‘erro’. Pode-se observar uma simplificação do uso entre o discurso direto e indireto, como se fossem coincidentes, como se os efeitos que podem ser gerados com a escolha entre esses discursos fossem equivalentes e bastaria trocar algumas palavras para se obter os mesmos resultados.

Os materiais didáticos seguem, de maneira geral, o mesmo lugar estrutural apresentado pelas gramáticas. Também apresentam regras de transposição do discurso direto para o indireto, bem como as regras de pontuação – que acompanham o discurso direto – ou, a construção da oração subordinada – no caso do discurso indireto, como no trecho a seguir<sup>3</sup>:

“No discurso direto, a fala do personagem é normalmente acompanhada por um verbo de elocução (verbo que introduz a fala do personagem: dizer, falar, responder, perguntar, afirmar, insistir, etc.). Entre o verbo de elocução e a fala do personagem não há conectivo, mas uma pausa marcada, na escrita, por **senal de pontuação** (em geral dois-pontos e travessão).”

“No discurso indireto, há também a presença do verbo de elocução (que será o núcleo do predicado da oração principal), seguido de **oração subordinada introduzida por conectivo**: trata-se de uma oração subordinada substantiva objetiva direta, que completa o significado do verbo de elocução.”

Nota-se que a discussão apresentada se relaciona a semelhanças e diferenças entre o discurso direto e o discurso indireto, e não são abordados os contextos de uso entre desses discursos, as cenas enunciativas, os interlocutores e os efeitos de sentidos que podem ser gerados em cada enunciado.

Neste outro livro didático utilizado no 6º ano, acontece algo bem semelhante. O intuito principal é o de distinguir os dois discursos:

---

<sup>3</sup> Optamos por não citar a fonte dos trechos retirados dos livros didáticos de Língua Portuguesa por não ser nossa intenção a realização de críticas a obras específicas.

“No discurso direto, a fala dos personagens é reproduzida exatamente do modo como foi dita por eles.”

“No discurso indireto, é o narrador que reproduz, de acordo com seu modo de narrar, a fala dos personagens.”

Após a definição dos dois discursos, passa-se a pontuação com o seguinte exemplo:

“Raíssa disse:

dois-pontos

- Duende estúpido!

travessão

- Duende estúpido – disse Raíssa.”

travessão

O foco apresentado pelo livro didático é sobre a utilização da pontuação tida como característica do discurso direto. Com o destaque dado aos dois-pontos e ao travessão, tem-se a errada ideia de que essas são as únicas formas possíveis de se introduzir o discurso direto. Não se vê uma preocupação em relação à geração de sentidos que esses mecanismos enunciativos podem provocar nos textos lidos e / ou produzidos pelos alunos, o que deveria ser explorado uma vez que a voz do outro dentro de um texto pode sustentar ideologias dependendo da maneira como é empregada. Quanto a esta pontuação característica, tão enfatizada pelas gramáticas e livros didáticos, aparecem, nos exemplos obtidos dos textos jornalísticos, raríssimas vezes, fato este que explicita como as formas de citação são abordadas no ensino e como elas circulam nos meios de comunicação aos quais os próprios alunos têm acesso.

Também é necessário pontuar que nos materiais didáticos e nas gramáticas analisadas, o discurso indireto livre raramente aparece, e quando aparece, vem caracterizado como uma variação do discurso indireto e que este recurso de citação é característico do meio literário. Não se explora o discurso indireto livre, além disso, os exemplos dados são trechos de grandes obras literárias, o que traz a ideia de difícil manuseio por parte dos alunos, ou mesmo, que não cabe a estes operar com tal forma de citação.

### **3. Formas de citação e os textos jornalísticos**

Pensando nesse processo mecânico em que são colocadas as formas de citação no ensino, e com o intuito de trazer exemplos que extrapolam as definições das gramáticas e livros didáticos, escolhemos trabalhar com as formas de citação em textos jornalísticos. Esses textos apresentam construções que buscam alcançar diferentes efeitos de sentido, como a subjetividade e objetividade, bem como a tentativa de se aproximar ou se afastar do discurso do outro, explicitando as posições ideológicas dos sujeitos.

Para analisarmos os recortes de textos jornalísticos, é importante pensarmos nos mecanismos de instauração de pessoa, espaço e tempo, tais como a debreagem e a embreagem. A debreagem é, segundo Fiorin (2010):

A operação em que a instância de enunciação disjunge de si e se projeta para fora de si, no momento da discursivização, certos termos ligados a sua estrutura de base, com vistas à constituição dos elementos fundadores do enunciado, isto é, de pessoa, espaço e tempo. (FIORIN, 2010, p. 43)

A debreagem consiste, então, em projetar a pessoa, o espaço e o tempo da enunciação no enunciado, instaurando neste um *não-eu*, um *não-aqui* e um *não* – agora.

Segundo este autor, há dois tipos de debreagem, a enunciativa e a enunciva. A debreagem enunciativa é aquela em que se instalam no enunciado os actantes, o espaço e o tempo da enunciação. Já debreagem enunciva, é aquela em que se instauram no enunciado os actantes (*ele*), o espaço (*algures*) e o tempo (*então*) do enunciado.

A embreagem é um outro mecanismo enunciativo pelo qual um enunciado se ancora na situação de enunciação. Segundo Maingueneau (2001), os elementos que no enunciado marcam essa embreagem são os embreantes de pessoa (como pronomes pessoais de primeira e segunda pessoas); os determinantes (meu/teu, o nosso/ o vosso, seu e suas formas femininas e plurais); os pronomes (o meu/ o teu, o nosso / o vosso, o seu e suas formas no feminino e plural); os embreantes temporais; e os embreantes espaciais que se distribuem a partir do ponto de referência constituído pelo lugar onde se dá a enunciação: “*Aqui* designa o espaço onde falam os coenunciadores; *lá*, um lugar distante; *isso*, um objeto inanimado mostrado pelo enunciador etc.”. (MAINGUENEAU, 2001, p. 109)

Podemos então, pensar o discurso direto como sendo o resultado de uma debreagem, em que o narrador delega voz a um actante do enunciado. São vários os efeitos de sentido que podem ser obtidos com a utilização deste discurso, como a subjetividade, quando há presença das marcas da enunciação, ou da objetividade, quando se elimina essas marcas do texto. Como explica Maingueneau (2001):

O discurso direto pode procurar criar autenticidade, indicando que as palavras relatadas são aquelas realmente proferidas ou, distanciar-se pelo fato do enunciador não aderir ao discurso citante, não querendo misturar aquilo que ele realmente assume ou então, para explicitar sua adesão respeitosa ao dito. Pode também tentar colocar-se como objetivo, sério. (MAINGUENEAU, 2001, p. 142)

O discurso direto pode criar um efeito de sentido de realidade por dar a impressão de que o narrador está apenas repetindo o que disse o interlocutor. Ao delegar a voz a um interlocutor, já se pressupõe um ar de verdade no que o narrador contou, criando um efeito de sentido de realidade, muito embora, esse sentido de realidade possa também ser alterado ou deformado por uma entonação, uma contextualização, uma escolha do fragmento a ser citado. Dessa forma, o



narrador não está apenas repetindo o que disse o interlocutor, ele está utilizando um mecanismo enunciativo que o permite emitir diferentes valores a partir da fala do outro. (FIORIN, 2010)

Devido à intenção desse discurso em criar uma aparência de objetividade, vê-se a sua grande utilização em textos jornalísticos, como se a fala do personagem fosse transmitida pelo narrador mantendo sua integridade. Dessa forma, o jornalista se afasta do discurso que cita e, ao mesmo tempo, afasta de si a responsabilidade pelo dito, pois é a perspectiva de uma outra voz que se coloca em destaque e não a dele.

Muito embora tenhamos a impressão de que com o discurso direto a responsabilidade pelo discurso citado não é do jornalista, de que ele apenas repetiu o discurso de outrem como elas foram ditas, essa ideia não pode ser de todo verdadeira, pois é ele – jornalista – quem escolhe as citações que deverão ser encaixadas em seu texto. Esclarece Maingueneau (2001):

No interior de uma enunciação 1, é mencionada uma situação de enunciação 2. O jornalista, enunciador 1, não se coloca como responsável de 2, em contrapartida, ele é responsável pela enunciação 1 que afirma ter havido uma enunciação 2. (MAINGUENEAU, 2001, p. 138)

Logo, por mais que se obtenha um ar de objetividade, ao manipular as falas do outro dentro da sua narração dependendo daquilo que ele quer que o leitor saiba ou não, estamos diante da subjetividade, que condiciona a interpretação do discurso citado.

Ao analisarmos os livros didáticos e as gramáticas, encontramos formas estruturais fixadas ao discurso direto, em que usaríamos os dois - pontos e o travessão para introduzir a fala do outro. Também encontramos que para a construção do discurso indireto, teríamos uma oração subordinada que se ligaria a principal através da conjunção *que*. Porém, ao pesquisarmos os deslocamentos enunciativos em textos jornalísticos, percebemos uma construção em que há a mescla entre estas estruturas. Maingueneau (2001) diz ser esta uma variação do discurso direto que se faz com a utilização da conjunção “que” – característica colocada ao discurso indireto. Essa variação do discurso direto com “que” seria uma mescla da construção dos dois discursos. Seria uma ocorrência de discurso direto após introdutores de discurso indireto (verbo + que).

Podemos exemplificar com o seguinte recorte de um texto jornalístico<sup>4</sup>:

(...) Ainda em seu comentário, Lombardi **falou que** "a formação e a seleção dos candidatos ao sacerdócio, e mais geralmente das pessoas das instituições educativas e pastorais, são a premissa para uma eficaz prevenção de possíveis abusos".

---

<sup>4</sup>Jornal *O Repórter*, grifos nossos

Neste exemplo, o fragmento entre aspas "*a formação e a seleção dos candidatos ao sacerdócio, e mais geralmente das pessoas das instituições educativas e pastorais, são a premissa para uma eficaz prevenção de possíveis abusos*", apresenta as características do discurso direto. É a voz de *Lombardi* e não a do narrador. Porém, este trecho da fala de *Lombardi* vem introduzido pela conjunção *que*, que, segundo as gramáticas, seria usado para introduzir o discurso indireto, e não o discurso direto.

Este tipo de recurso em que se mesclam as construções entre os dois tipos de discurso está em grande expansão na imprensa atual. Segundo Mangueneau (2001):

Esse tipo de discurso relatado é revelador de uma evolução da mídia. Talvez sob a influência da televisão (ver o privilégio do “ao vivo” e da entrevista de rua), os jornalistas procuram atuar em duas frentes ao mesmo tempo: eles mantêm uma certa distância em relação aos indivíduos de quem falam, mas tentam “colar-se” à sua linguagem e ao seu ponto de vista; não se contentam em comentar acontecimentos, descrever a realidade; eles pretendem restituir o ponto de vista e as palavras dos atores. (MAINGUENEAU, 2001, p. 152)

Essa construção do discurso direto com a conjunção *que*, possibilita, então, que o jornalista consiga descrever a fala do outro exatamente como foi proferida, reconstruindo a cena enunciativa, consiga se afastar da responsabilidade pelo que afirma e, ainda, expor seu ponto de vista sob aquilo que retrata, pois a fala do outro em discurso direto aparece subordinada a sua narração.

No discurso indireto, o enunciador citante não visa reproduzir as palavras do outro exatamente como elas foram ditas, mas transmitir, a partir de seu ponto de vista e de suas próprias palavras, sua interpretação do discurso citado.

A noção de locutor é necessária para que não atribuamos a alguém a responsabilidade por uma enunciação completamente em desacordo com suas posições enunciadas. Segundo Fiorin (2010):

Locutor é a voz de outrem que ressoa num enunciado de um narrador ou de um interlocutor. Assim, o locutor é a fonte enunciativa responsável por um dado enunciado incorporado no enunciado de outrem. Dessa forma, o que será considerado locutor num dado nível foi narrador ou interlocutor noutro. (FIORIN, 2010, p. 70)

Há então, no interior da fala de um narrador a fala de um locutor. Essa heterogeneidade de falas dentro de um enunciado pode ser marcada em um texto com a utilização das aspas apontando que aquelas palavras entre aspas não pertencem a quem a pronuncia, mas a um locutor que pode ser ou não identificado no texto e cuja responsabilidade o narrador não quer assumir.

Com o discurso indireto, ao integrar o discurso do outro ao seu, o enunciador passa a ter maior responsabilidade sobre aquilo que enuncia. No texto jornalístico, por exemplo, quando o discurso indireto é utilizado, o jornalista traz a fala do outro para dentro de sua reportagem segundo sua percepção sobre o que foi enunciado. É a sua interpretação, seus valores e julgamentos sobre o dito do outro que são instaurados. Não há dois *eu*, mas há um locutor que não diz *eu* que é responsável por parte da enunciação de um *eu*. Como coloca Fiorin (2010):

Como há uma única enunciação, todos os traços enunciativos da enunciação desse interlocutor, que foi subordinada à enunciação do narrador, e que, assim, tornou-se um locutor, são apagados. Dessa forma, os embreantes são referidos à situação de enunciação do discurso citante. (FIORIN, 2010, p. 75)

Diferentemente do discurso direto em que há uma delegação de voz efetuada pelo narrador que se dá por meio de uma debragem de segundo grau, no discurso indireto não há essa debragem interna, por essa razão os dêiticos referentes à pessoa, ao espaço e ao tempo, estão submetidos a uma dupla instância de enunciação no discurso direto e no discurso indireto, estão submetidos a uma única instância enunciativa. É por essa razão que, ao passar do discurso direto para o indireto, é preciso, às vezes, transformar os dêiticos, para assim, ajustá-los à mudança de situação enunciativa dupla para uma simples. A mudança de dois para um momento de referência pode acarretar transformações nas marcas temporais, já que elas, às vezes, precisam mudar do sistema enunciativo para o enuncivo.

É importante lembrar que essa passagem do sistema enunciativo – do discurso direto – para o sistema enuncivo – do discurso indireto – nem sempre ocorre, ela depende do efeito de sentido que se deseja alcançar. Como expostas anteriormente, muitas gramáticas de língua portuguesa apresentam a acomodação das marcas temporais, espaciais e de pessoa de maneira inadequada, pois fazem entender que as acomodações de um tipo de discurso para o outro ocorrem sempre. As transposições dependem não de regras, mas dos efeitos de sentido que se deseja obter ao construir um discurso.

#### 4. Textos Jornalísticos

Passemos agora aos textos jornalísticos que apresentam deslocamentos enunciativos de pessoa, espaço e tempo. É interessante observarmos que a delegação de vozes, dentro desses textos jornalísticos, se relaciona, de alguma forma, aos deslocamentos enunciativos, o que reforça a ideia da dificuldade que se tem em se articular com as formas de citação.

#### Recorte 1<sup>5</sup>:

---

<sup>5</sup> (Jornal online R7. 13 mai. 2011 Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/codigo-florestal-nao-deve-sair-na-semana-que-vem-diz-vice-presidente-20110513.html>, acesso em: 14 mai. 2011, grifos nossos)

Temer falou sobre o assunto minutos antes de iniciar uma palestra sobre a Reforma Política em uma universidade de São Paulo.

- Acho que na semana que vem ainda será complicado votar o Código Florestal, mas o governo esta empenhado em conseguir um acordo que satisfaça os ambientalistas e os agricultores.

Ele **disse** que "o tema **é** polêmico e, às vezes, **cai** na radicalização".

- Acho que essa discussão vai continuar, mas não sei se até quando resolve.

- Não é o governo, é uma tentativa de negociação.

Ele disse que o empenho dos líderes do governo na Câmara é para que o novo código não comprometa a imagem do Brasil no exterior.

- O governo é exercido nos três poderes. Às vezes há interesses do governo porque há repercussões internacionais.

Neste trecho percebemos uma mescla no uso do discurso direto e do discurso indireto, em que a alternância entre um discurso e outro aparece sem as tais regras de pontuações determinadas nos livros didáticos e que seriam característicos e específicos. Como em:

Temer falou sobre o assunto minutos antes de iniciar uma palestra sobre a Reforma Política em uma universidade de São Paulo.

- Acho que na semana que vem ainda será complicado votar o Código Florestal, mas o governo esta empenhado em conseguir um acordo que satisfaça os ambientalistas e os agricultores.

A fala de *Temer* é introduzida pelo travessão a fim de marcar o discurso direto, porém, anterior a esse travessão, não há os dois – pontos tão enfatizados no ensino como sendo necessários para a delegação de voz em discurso direto.

Em seguida, aparece outro recorte do discurso de Temer entre aspas, marcando o discurso direto e seguido por outro travessão dando continuidade ao discurso direto. Através da pontuação, temos uma fronteira que separa as falas do narrador e a de Temer dentro da narração, porém, ambos, travessão e as aspas, aparecem a fim de introduzir as falas de *Temer*. Os travessões aparecem seguidos e são do mesmo enunciador. A quebra pode trazer a ideia da descontinuidade do discurso de Temer.

Observe:

Ele **disse** que "o tema **é** polêmico e, às vezes, **cai** na radicalização".

- Acho que essa discussão vai continuar, mas não sei se até quando resolve.

---

- Não é o governo, é uma tentativa de negociação.

Em seguida, temos um discurso indireto:

Ele disse que o empenho dos líderes do governo na Câmara é para que o novo código não comprometa a imagem do Brasil no exterior.

Podemos perceber claramente neste recorte, o jogo estabelecido entre aproximação e distanciamento do narrador em relação à enunciação do outro que ele narra. A escolha entre os dois discursos utilizados, bem como a opção pela pontuação que não segue o padrão estabelecido pelas gramáticas, demonstra que o efeito no conjunto do texto vai além do lugar estabilizado que se fixado ao uso do discurso direto e indireto.

### **Recorte 2<sup>o</sup>:**

A adolescente **disse** para a delegada do menor que não é a primeira vez que **apanha** dele. 'É porque ele pensa que eu fico traindo ele, mas é mentira', disse a vítima. Paulinho Paixão era para ter sido autuado em flagrante no ato da prisão. Como a adolescente não responde por seus atos, não caberia a ela dizer se queria ou não registrar ocorrência contra o cantor.

Neste trecho temos um exemplo de deslocamento enunciativo de tempo: há o verbo *dizer* empregado no pretérito perfeito –*disse*– utilizado para se referir ao discurso já dito por alguém em um outro momento enunciativo. Em seguida, temos o verbo *ser* e *apanhar* empregados no presente do indicativo –*não é a primeira vez que apanha dele*.

Se fossemos seguir as regras de transposição estabelecidas pelas gramáticas, a sequência esperada seria:

*A adolescente disse para a delegada do menor que não era a primeira vez que apanhava dele.*

Porém, esse novo arranjo não traz o mesmo efeito de sentido causado pela construção elaborada pelo jornalista, em que há uma mescla explícita do discurso direto dentro do discurso indireto. Presentifica-se, então, o dito numa dada situação passada mostrando que o evento tem ressonância, além disso, afasta a responsabilidade pelo enunciado dando voz ao outro, deixando o outro falar de si no enunciado trazendo tom de veracidade ao texto informativo.

---

<sup>6</sup> (Cantor pensa mesmo que tem chifre, diz a vítima. **Ai5**, 26 jul. 2011. Disponível em: <http://ai5piaui.com/index.php/10472/cantor-pensa-mesmo-que-tem-chifre-diz-vitima/>. Acesso em: 28 jul. 2011, grifos nossos)

### Recorte 3<sup>7</sup>:

Sarney **diz** que Bin Laden **foi** vítima da própria violência.

Neste enunciado temos também um deslocamento enunciativo relacionado ao tempo, porém, se no recorte 2 o verbo introdutor foi usado no pretérito perfeito e a sequência no presente do indicativo, neste recorte temos o caminho inverso: o verbo introdutor do discurso indireto aparece no presente do indicativo – *diz*– e o verbo na sequência aparece no pretérito perfeito – *foi*.

Se seguíssemos o caminho preestabelecido das gramáticas, teríamos duas alternativas para montarmos o enunciado: ou colocar o verbo *dizer* no pretérito e manter o verbo *ser*, também no pretérito; ou, manter o verbo *dizer* no presente do indicativo e alterar também para o presente do indicativo e verbo *ser*.

Teríamos então as seguintes construções:

*Sarney disse que Bin Laden foi vítima da própria violência.*

Ou:

*Sarney diz que Bin Laden é vítima da própria violência.*

Porém, essas duas outras alternativas na reconstrução da enunciação do outro no enunciado através do discurso indireto, não estabelecem a mesma relação que o enunciado empregado pelo jornalista – *Sarney diz que Bin Laden foi vítima da própria violência*. Aqui, há a dissociação dos dois momentos conhecidos. Temos como informação as atitudes de Bin Laden que nos remetem as violências por ele cometidas, situação essa anterior ao momento em que Sarney faz sua afirmação a respeito de Bin Laden. Dissociam-se então, dois momentos passados. Empregando-se *diz* – no presente do indicativo – para a fala de Sarney e *Foi* – pretérito perfeito – para a cena já comentada pelo enunciador a respeito de um fato passado, supondo o momento de referência sendo mais longo do que o momento da enunciação (FIONRIN, 2010).

---

<sup>7</sup> (*Sarney diz que Bin Laden foi vítima da própria violência*, 02 mai. 2011. Disponível em: [http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2011/05/02/interna\\_politica,224984/sarney-diz-que-bin-laden-foi-vitima-da-propria-violencia.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2011/05/02/interna_politica,224984/sarney-diz-que-bin-laden-foi-vitima-da-propria-violencia.shtml). Acesso em: 21 jun. 2011, grifos nossos)

## 5. Considerações Finais

Analisando as mudanças de tempo, espaço e pessoa operadas na passagem do discurso direto para o discurso indireto nos textos jornalísticos, podemos observar diferentes efeitos de sentidos que são possíveis gerar dentro de um texto e que estão além das regras preestabelecidas das gramáticas e dos materiais didáticos. As escolhas entre o uso do discurso direto ou indireto fazem parte de um jogo de aproximação ou distanciamento, de certezas ou incertezas, além de se poder, como vimos nos exemplo analisados, trazer para o texto diferentes efeitos, como presentificar um acontecimento passado a fim de mostrar que ele tem ressonância no momento presente, prolongar uma ação até seu futuro trazendo certeza da ação futura, situar uma ação na realidade, entre outros efeitos provocados quando se sai do lugar preestabelecido pelas tabelas que se apresentam aos alunos como a única e possível forma de se operar com um discurso ou outro. As escolhas não devem ser aleatórias, pois a construção revela a ideologia dos sujeitos que a constroem.

É esse tipo de reflexão, por exemplo, que é pouco explorada no ensino. Elas exigem mais que apenas diferenciações entre um discurso e outro, exigem mais do que explicações restritas quanto ao uso da pontuação ou ainda, quanto à transposição mecânica de verbos, pronomes, advérbios etc. entre o discurso direto para o discurso indireto. O aluno, mais que consultar tabelas, precisa entender os efeitos de sentido que podem ser gerados na escolha entre esses discursos e não acreditar que essas escolhas são aleatórias.

## Referências Bibliográficas

---

- BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral I*. 4 ed. Campinas: Pontes/Unicamp, 1995.
- CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua Portuguesa*. 8º ed.. Rio de Janeiro, 1982.
- FIORIN, José Luiz. *As Astúcias da Enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2º ed. São Paulo: Ática, 2010.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna: aprendendo a escrever, aprendendo a pensar*. 7. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- MAINGUENAEU, Dominique. *Análise de textos de Comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo : Cortez, 2001.
- MALDONADO, Concepción. *Discurso Directo y Discurso Indirecto*. Madrid: Taurus Universitaria, 1991.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 102ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2007.
- REYES Graciela. *Los procedimientos de la cita: estilo directo y estilo indirecto*. Madrid: Arco Libros. 1995.